

Efeitos de condições socioeconômicas sobre a nacionalização dos partidos brasileiros

Evertton Lira

2019

Resumo

O presente trabalho visa responder a questão de se condições socioeconômicas afeta a nacionalização dos partidos brasileiros. A literatura sobre o tema aponta diversos fatores que afetam a nacionalização dos partidos, como longevidade do sistema político e estruturas partidárias. Ao mesmo tempo, a literatura sobre partidos políticos demonstra de que forma variáveis sobre economia e desenvolvimento humano afetam resultados políticos. Este trabalho, portanto, busca preencher a lacuna existente na produção científica sobre a nacionalização dos partidos políticos brasileiros. Metodologicamente, utilizei modelos de regressão linear, utilizando o índice de *Party Nationalization Score* proposto por Jones and Mainwaring (2003). Como resultados, a principal hipótese, de que maior condição socioeconômica afeta positivamente a nacionalização dos partidos, foi aceita.

Palavras-chave: partidos políticos; nacionalização; índices socioeconômicos; competição eleitoral; estruturas partidárias.

1. Introdução

As condições socioeconômicas dos estados afetam a nacionalização dos partidos brasileiros? A literatura sobre partidos políticos no Brasil e no mundo tem evidenciado que variáveis políticas, como quantidade de candidatos, políticas públicas, gasto de campanha etc sofrem efeitos de variáveis econômicas e sociais, como crescimento, inflação, PIB e índices de desenvolvimento humano.

No Brasil, os estudos sobre regionalização e nacionalização partidária não têm um consenso sobre se os partidos são mais regionalizados ou nacionalizados. Se levados em consideração vários aspectos de nacionalização, veremos que os partidos são mais regionalizados em algumas dimensões e mais nacionalizados em outras.

O uso de nacionalização partidária tem sido alvo de críticas da literatura, especialmente pela sua forma de mensuração na dimensão tempo. Para este trabalho, me preocupo em utilizar os dados que são mais

recomendados pela literatura especializada.

Este trabalho é dividido em seis grandes seções: primeiro, faço uma construção teórica sobre os temas pertinentes à este trabalho, que são os partidos políticos, nacionalização e variáveis socioeconômicas. Em segundo, apresento as hipóteses, dados e métodos deste trabalho. Em terceiro, traço estatísticas descritivas sobre as variáveis. Quarto, submeto os dados e modelos a testes de pressupostos. Quinto, apresento resultados dos modelos de regressão linear. Por último, apresento as conclusões.

2. Os partidos políticos

A literatura sobre partidos têm explorado diversas faces e aspectos destes. Tradicionalmente, entendemos “partido político” por organizações essenciais à manutenção da democracia, já que para todo cargo eletivo (ao menos no Brasil) é necessário estar filiado a um partido político. Os partidos, portanto, têm características de estruturar a competição eleitoral, governar, agregar os interesses da população e pautar leis (Amaral, 2013).

Os conceitos de *partidos de massas* e *partidos de quadros* (Duverger, 1970) ainda são úteis para pensar nas estruturas dos partidos. Enquanto os primeiros têm origem externa aos parlamento e são fortemente organizados, os últimos têm uma organização interna mais fluida, formada por políticos de carreira e concentração das decisões internas por parte de uma elite (esta informação será importante mais à frente).

Dentro das características dos partidos citadas, a que terá foco neste trabalho é a que compreende a arena eleitoral. Os partidos são organizações de homens com um fim em comum que buscam controlar o aparato do governo através de meios legais (Downs, 1999). A forma como cada partido estrutura as eleições, as campanhas, as candidaturas etc passa por estruturas partidárias específicas, já que o acesso a determinadas instâncias de decisão são controladas por elites mais ou menos hierarquizadas e oligarquizadas (Guarnieri, 2009).

2.1. Partidos políticos no Brasil: legislação e estrutura

A nacionalização partidária (a ser explanada na próxima seção), objeto deste estudo, é afetada por diversos fatores que resultam da competição eleitoral. Um destes é a quantidade de votos recebida que, por sua vez, é afetada pela quantidade de candidatos que um partido lança. Faz-se necessário algumas explicações sobre este processo. No Brasil, é a Lei nº 9.504/2011 estabelece que os partidos podem registrar candidatos até 150% do número de lugares a preencher.

Lançar ou não lançar um candidato é resultado das decisões que são tomadas nas instâncias partidárias responsáveis pela seleção e registro de candidatos. Os partidos têm, de maneira perene, seis instâncias: órgãos de deliberação; direção e ação partidária; ação parlamentar; órgãos auxiliares; pesquisa, doutrinação e educação política e; órgãos de cooperação (Guarnieri, 2009). Os órgãos de deliberação são onde os candidatos

e alianças eleitorais são definidos, além da estratégia de campanha.

Estratégias eleitorais são um momento importante para os resultados futuros. A decisão de onde lançar mais ou menos candidatos e como competir eleitoralmente é uma forma importante de galgar sucesso eleitoral ou, pelo menos, tentar minar as chances de opositores (Palfrey, 1984; Cox, 1997). Dados de eleições municipais mostram que 90% de eleitos para o executivo estavam coligados (Guarnieri, 2009). O ato de estar coligado é uma estratégia pode multiplicar os votos recebidos.

3. Nacionalização partidária

3.1. Conceitos e aplicações

Nacionalização é um conceito que permeia por algumas áreas e com certa frequência causa alguma confusão conceitual. A literatura trabalha com três conceitos de nacionalização dos partidos: (1) nacionalização partidária, (2) nacionalização política e (3) nacionalização das políticas. O primeiro diz respeito à distribuição das estruturas e dos votos de um partido, de maneira equilibrada, no território nacional. O segundo, ao conteúdo político, à agenda de debates num país, num dado momento. O terceiro e último, à formulação e implementação de políticas públicas ao longo do território nacional (Jones e Mainwaring, 2003; Morgenstern, 2005). Para os propósitos deste trabalho, focaremos na *nacionalização partidária*.

A importância de se observar este processo (que é um *continuum*) é descrita por Conceição (2018):

“Separando esses três processos, podemos perceber que um partido nacional não necessariamente defenderá apenas políticas nacionais, da mesma forma que um partido regional não necessariamente defenderá apenas políticas regionais. Ainda, um partido regional e um partido nacional podem tanto debater temas políticos nacionais – nacionalização da política – como temas políticos locais – regionalismo da política. Em termos práticos, é de se esperar que partidos nacionais e regionais debatam, em graus variados, temas regionais e nacionais, que defendam, também em graus variados, políticas regionais e nacionais.” (p. 80)

A nacionalização partidária é frequentemente observada dentro de dois aspectos: estático e dinâmico. A nacionalização estática diz respeito a distribuição dos votos de um partido (ao se observar a nacionalização do partido) ou de um sistema (ao se observar um conjunto de partidos políticos) em um determinado ponto no tempo (uma eleição) ao longo de um território. A nacionalização dinâmica observa a mesma distribuição de votos em diversos pontos do tempo (Morgenstern et al., 2009). Quanto mais homogêneas as variações nos votos entre os distritos, mais nacionalizado o partido é.

Há um pressuposto normativo forte na literatura de que a evolução das democracias acompanha a evolução dos partidos políticos, que saíram de partidos regionalizados para partidos mais nacionalizados (Conceição,

2018). Entendemos o por quê desse pressuposto: ao se administrar um país, um partido não deveria incorrer em políticas localizadas ou mesmo clienteslistas. No entanto, dadas as necessidades específicas de cada região do país, é difícil operacionalizar de maneira satisfatória a diferença de uma política de ação localista para uma política de que atenda demandas específicas.

Da mesma maneira que se argumenta que o cerne da vida política no Brasil são os estados (Nicolau, 1996), há uma ligação entre a fragmentação partidária e partidos regionais (Vasselai, 2015). A fragmentação partidária no nível nacional é fruto, também, da competição política e alianças feitas no nível subnacional (dado que no Brasil os distritos eleitorais são os estados). Com isso, a fragmentação partidária poderia ser exacerbada através de mais partidos regionais, já agremiações políticas diversas ganhariam força no nível nacional. Todos estes fatores contribuem para maiores ou menores nível de nacionalização partidária.

Não há um consenso sobre qual medida de nacionalização (estática ou dinâmica) é mais útil. Na verdade, cada uma tem seu valor teórico e metodológico. Analisar a nacionalização num ponto específico de tempo (uma eleição) pode ser útil para avaliar resultados futuros de políticas ou de organização da vida política. Em termos metodológicos, observa-se a homogeneidade da distribuição dos votos (Clagett, Flanigan and Zingale (1984)). A nacionalização dinâmica, por outro lado, pode nos ajudar a entender o caminho que as democracias percorrem.

Ao confrontar as duas perspectivas, a literatura nos mostra que:

“a crítica que esses autores apresentaram à perspectiva dinâmica da nacionalização convenceu diversos pesquisadores a respeito de sua inadequação para capturar o fenômeno. De acordo com eles, a mensuração dinâmica, na verdade, apreende a nacionalização dos padrões de volatilidade eleitoral, uma vez que sua unidade de análise é a variação nas votações dos partidos. Já a mensuração estática, por se concentrar na análise da homogeneidade das votações partidárias nos distritos em determinada eleição, de fato captura a efetiva uniformidade da presença dos partidos no território nacional. Isso significa que apenas a mensuração estática é a indicada para o estudo da nacionalização partidária pelo viés da inserção eleitoral das legendas (Conceição, 2018).”

Para os fins deste trabalho, no entanto, utilizaremos dados de quatro eleições. Já que o objetivo aqui é tentar traçar uma relação de causalidade entre condições socioeconômicas e o grau de nacionalização, julgo que quanto mais dados a análise obtiver, maior será a capacidade de explicação do fenômeno. Como este trabalho também não se propõe a medir nacionalização em si, é possível utilizar a perspectiva de nacionalização dinâmica sem perda de qualidade teórico e metodológica.

Além do componente temporal da análise, é comum haver componentes estruturais na análise sobre nacionalização. Uma destas é a difusão territorial da estrutura partidária (Chhibber e Kollman, 2004; Mair, 1987). Como outros trabalhos apontam, há grandes diferenças nas estruturas organizacionais dos partidos dentro

deles mesmos e entre as unidades subnacionais. Estas diferenças normalmente são frutos da forma como as estruturas foram criadas e também dos interesses políticos das elites dos partidos (Guarnieri, 2009; Lira, 2017).

Contemporaneamente, quatro dimensões são utilizados para mensuração da nacionalização partidária: (1) organizacional, mensurada a partir da distribuição das estruturas partidárias no território nacional; (2) oferta de candidatos, operacionalizada a partir da quantidade e homogeneidade de candidatos lançados para a Câmara baixa; (3) demanda eleitoral, contabilizada a partir dos votos recebidos entre os distritos e; (4) retorno eleitoral, que são as cadeiras conquistadas (Vasselai, 2015).

No caso brasileiro, por exemplo, partidos mais antigos e maiores possuem estruturas organizacionais mais nacionalizadas (Guarnieri, Peres e Ricci, 2018). A explicação para este fato é que os partidos mais antigos e maiores ou já existiam no período de redemocratização e início da atual República ou herdaram estruturas organizacionais de partidos pré-existentes. A exemplo: o MDB tem longa trajetória e se constitui como um dos partidos mais nacionalizados. PT e PSDB, para citar os três maiores partidos, herdaram algumas estruturas do MDB, já que nasceram de dissidências deste.

É importante aqui, também, fazer considerações a diferença entre nacionalização partidária e nacionalização do sistema partidário. Nacionalização dos partidos não necessariamente reflete nacionalização do sistema. Partidos podem ser nacionalizados em sistemas não nacionalizados ou mesmo ter sua intensidade mantida ou elevada em sistemas subnacionais (Borges, 2015). Neste trabalho, são utilizados dados para os partidos políticos, portanto, busca-se avaliar a nacionalização dos partidos.

3.2. Nacionalização partidária no Brasil

Parte dos estudos sobre os partidos políticos ou sobre o sistema partidário brasileiro continha uma abordagem que mostrava um caráter regional dos partidos políticos (Soares, 2001). Até mesmo os trabalhos sobre relações entre a política e suas bases demonstrava esse aspecto localizado da ação política (Ames, 2001). Este fato não é à toa, o sistema partidário brasileiro teve muitas interrupções (Kinzo, 1993), seja por meio de golpes de estado (1930 e 1964) ou com o fim de regimes autoritários (1945 e 1985).

A regionalização dos partidos brasileiros era uma constante em diversos momentos da história política do país (Soares, 2001; Nicolau, 2012). Partidos que existiam durante o Império eram considerados regionais e de *quadros*. A Proclamação da República trouxe o federalismo e o fortalecimento da agenda de estados, vide São Paulo e Minas Gerais, que tinham fortes partidos regionais e tinham domínio de oligarquias e interesses locais para manutenção do poder vigente de governadores e políticos locais (idem).

Estes fenômenos, somados ao desenho constitucional, são os frequentemente “culpados” pela alta fragmentação partidária e baixo grau de nacionalização dos partidos políticos brasileiros (Ames, 2001). O atual sistema

partidário, portanto, estaria numa situação incipiente de baixa nacionalização e alta fragmentação, o que, do ponto de vista normativo, teria efeitos negativos para a o desenvolvimento e consolidação da democracia, bem como da eficiência das instituições políticas.

Quando se observa a literatura sobre nacionalização partidária no Brasil, a literatura caracteriza os partidos e o sistema partidário brasileiro como os menos nacionalizados das Américas (Jones e Mainwaring, 2003). Aumentando o escopo de análise, Vasselai (2015) ao analisar as dimensões de organização, oferta de candidatos, demanda eleitoral e desempenho eleitoral mostra que os partidos brasileiros são mais nacionalizados em algumas dimensões e mais regionalizados em outras. A nacionalização partidária seria maior na dimensão organizacional.

Ao observar padrões de coligações eleitorais, medidos a partir de níveis de disputa e regiões, Krause (2005) aponta baixa nacionalização dos partidos. Este fenômeno é facilmente observável na prática dadas as quantidades de críticas que são veiculadas sobre as inconsistências das coligações dos partidos quando comparamos a eleição nacional com as eleições estaduais, e também entre estados. Guarnieri, Peres e Ricci (2018) mostram que os partidos utilizam a nacionalização ou regionalização como estratégia política de controle das atividades do partido no âmbito subnacional.

O efeito de “presidencialização” das disputas eleitorais também exerce influência neste aspecto. A polarização entre PT e PSDB para presidência estava gerando um efeito de atração de outros partidos para a órbita destes, o que causava incentivos à nacionalização dos partidos (Borges, 2015). Para este trabalho, consideramos também a influência de candidaturas ao governo dos estados para operacionalizar a influência que uma candidatura ao Executivo tem sobre a competição eleitoral.

Além das influências institucionais aqui discutidas, um importante aspecto da nacionalização dos partidos é a continuidade de um sistema. No caso brasileiro, como mencionado anteriormente, houveram algumas descontinuidades nos sistemas políticos e partidários. Com o regime militar de 64, o Brasil passou a ter um autoritarismo parcialmente fechado, com eleições acontecendo, mesmo que apenas entre dois partidos. Este cenário de autoritarismo competitivo permitiu que partidos como ARENA e MDB levassem “herdeiros” à democracia de 85. Os partidos herdeiros, PDS, PFL, PMDS e PSDB herdariam, portanto, parte dos quadros e estruturas dos partidos anteriores (Conceição, 2018).

3.3. Mensuração

A variável dependente deste trabalho é o *Party Nationalization Score (PNS)* proposto por Jones and Mainwaring (2003). Esta é uma das medidas de nacionalização partidária e a mais adequada a este trabalho por utilizar dados eleitorais. O *PNS* é comumente entendido como “índice de GINI invertido” pois seu cálculo é semelhante ao índice de GINI. Enquanto o GINI trata sobre desigualdade na distribuição de renda,

o PNS é sobre homogeneidade da distribuição de estruturas/votos. Por isto o nome “invertido”: enquanto no GINI quanto mais próximo de 1, mais desigual, o PNS é adaptado para quanto mais próximo de 1 for, mais homogênea é a distribuição.

Apesar da importância, é necessário destacar certas limitações do índice, como por exemplo a anulação do efeito da magnitude do distrito no cálculo. Segundo Boschler (2006, p. 31):

O coeficiente de Gini especifica o valor 0 para distribuições perfeitamente iguais (um partido tem exatamente a mesma proporção de votos em todas as unidades territoriais) e o valor 1 para distribuições perfeitamente desiguais (todos os votos do partido estão concentrados em um único ponto do país). Jones e Mainwaring invertem esta escala para o seu “Pontuação da Nacionalização Partidária” ($PNS = 1 - \text{coeficiente de Gini}$). Sua pontuação é calculada em um primeiro passo para cada partido político, e depois calculada em média para todo o sistema partidário. No entanto, quanto maior o número de unidades territoriais em que um país está dividido, menor o valor do escore PNS. Assim, se tivermos dados mais detalhados para um país, seu sistema partidário pareceria ser mais heterogêneo do que se tomasse apenas unidades maiores como base para o cálculo. Em consequência, o PNS só pode ser comparado entre países com o mesmo número de unidades territoriais. Essa é uma restrição incontornável, uma vez que em alguns países temos dados muito finos e em outros apenas dados de meia dúzia de unidades. É por isso que proponho uma normalização do indicador pelo número de unidades territoriais, a fim de transformar o indicador num formato comparável. Eu uso o número de 10 unidades como um padrão para a comparação. Eu suponho (e mostro empiricamente) que o indicador PNS aumenta exponencialmente com o logaritmo do número de unidades tomadas em conta.”

Quando observados os dados sobre nacionalização dos partidos, temos que, em média, os partidos mais nacionalizados são PMDB (0,73), PT (0,72) e PSDB (0,66). Estes dados são para a Câmara dos deputados no período 1998-2014. Ao obsevar os *scores* para as assembleias legislativas estaduais, temos: PT e PMDB (0,73) e PSDB (0,66) (Conceição, 2018). Assim como a teoria previa, os partidos herdeiros de outros existentes no sistema político anterior são os mais nacionalizados.

Conceição (2018) faz uma tipologia de nacionalização dos partidos brasileiros a partir das classificações dos partidos feitas por Morgenstern (2005):

Tabela 1: Classificação da Nacionalização dos partidos (Conceição, 2018)

Tipos	1945-1964	1965-1985	1986-2014
Nacionais	PSD	ARENA e MDB	PMDB e PT
Desnivellados	UDN, PTB e PCB	-	DEM, PDT, PP, PR, PSDB, PTB e SD
Em fluxo	PSP	-	PC do B, PHS, PPS, PRB, PROS, PRP, PSB, PSC, PSD, PSOL, PSTU, PTC e PV
Localizados	PTN, PR, PSB, PPS, PDC, PRP, PRProg, PL, PRD, PAN, PRT, POT, PST e MTR	-	PAN, PCB, PCO, PEN, PGT, PMN, PPL, PRONA, PRTB, PSDC, PSL, PST, PT do B e PTN

4. Efeitos de condições socioeconômicas sobre variáveis políticas

Nas seções anteriores mencionei que os primeiros partidos políticos e também os partidos pós-Era Vargas já tinham um caráter regional. A tabela 1 sumariza bem estas informações. Para entender melhor a complexidade das relações econômicas e seus resultados na política, cabe aqui ressaltar algumas constatações da literatura.

Com o fortalecimento das prerrogativas dos estados e, por consequência, o fortalecimento dos partidos estaduais (em especial nos estados de São Paulo e Minas Gerais), observa-se com maior força a regionalização dos partidos políticos brasileiros. Este processo foi interrompido com o regime do Estado Novo, que extinguia os partidos políticos e centralizava o poder nas mãos do presidente.

A República de 1946, por sua vez, restauraria estas bases regionais e socioeconômicas. Quatro eram os grandes partidos que representavam a lógica dicotômica regionalismo x nacionalização da época: PSD, UDN, PTB e PCB. O PSD (partido mais nacionalizado) era formado por intervenientes do governo Vargas (Soares,

2001). O grau de nacionalização do partido era mais elevado, com uma média de 0,75 (Conceição, 2018), sendo o maior destes grandes partidos. Pode-se atribuir este fato ao controle que os governadores tinham sobre as estruturas locais dos partidos (Soares, 2001).

A UDN era formada por políticos anti-getulistas, dado que perderam poder quando Vargas assumiu o poder em 1930 (Soares, 2001). O partido tinha uma nível de nacionalização médio de 0,66 (Conceição, 2018). O quadro da UDN não tinha uma posição programática, mas sim servia mais como oposição ao governo vigente. Suas bases socioeconômicas eram majoritariamente áreas rurais (onde o PSD também tinha espaço), mas também conseguiu ganhar votos consideráveis nas regiões metropolitanas, porém nas classes mais altas.

O PTB, por sua vez, era um partido que conseguia mais votos e adeptos entre trabalhadores industriais, indo à contramão dos partidos mencionados anteriormente. O partido tinha um índice de nacionalização médio de 0,64 e possuía uma estrutura muito hierárquica (Soares, 2001). Estes partidos, portanto, conseguem retratar um pouco a lógica de competição dos partidos políticos desta época.

A Lei nº 9.096/1995, que dispõe sobre os partidos políticos determina que os partidos não podem ter caráter regional:

Art. 7º, § 1º Só é admitido o registro do estatuto de partido político que tenha caráter nacional, considerando-se como tal aquele que comprove, no período de dois anos, o apoio de eleitores não filiados a partido político, correspondente a, pelo menos, 0,5% (cinco décimos por cento) dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, não computados os votos em branco e os nulos, distribuídos por um terço, ou mais, dos estados, com um mínimo de 0,1% (um décimo por cento) do eleitorado que haja votado em cada um deles.

Na prática, os partidos podem ter estratégias políticas diferentes, como ter mais ou menos diretórios/comissões provisórias em certos estados/regiões, ou mesmo competir em regiões que lhe sejam eleitoralmente mais atrativas. O caminho inverso também é possível: que partidos sejam mais bem votados em determinadas regiões.

A literatura tem mostrado que um partido como PT (no início dos anos 2000) eram mais bem votado em capitais e grandes centros urbanos (Carvalho, 2003). Esses votos, no entanto, migraram nas eleições de 2006 para as regiões Norte e Nordeste, principalmente entre os municípios com menor renda per capita, menores índices de desenvolvimento humano, menor população e também uma taxa de urbanização menor (Maciel e Ventura, 2017). Para os autores (p. 97):

“[...] as bases territoriais de apoio do PT no Legislativo federal apresentam mudanças em suas características socioeconômicas a partir do ano de 2006. Nos anos em que esteve na oposição o partido foi mais bem votado em municípios mais urbanizados e com maior renda per capita. No pleito em que Lula foi reeleito, a votação para a Câmara foi maior em municípios menos

urbanizados e com menor renda per capita, e as eleições que se seguiram mantiveram essa tendência.

[...] As análises descritivas demonstram que também a partir do ano de 2006 a votação dos candidatos petistas a deputado federal começou a crescer na região Nordeste em detrimento das regiões Sul e Sudeste. A eleição de 2014, por sua vez, foi a primeira em que o partido apresentou porcentagem de votação maior em cidades pequenas, com até 20 mil habitantes”.

O PMDB é mais votado em municípios com IDH maior. O PSDB, por sua vez, é mais votado em municípios com IDH alto e população menor. O DEM é mais bem votado em municípios pobres do interior (Maciel, 2014). O que esses dados nos mostram é que os partidos políticos podem ter relações socioeconômicas bem estabelecidas com suas base mais fortes, o que provavelmente estaria levando estes partidos a ter mais votos. Lira (2017) mostra com dados para as assembleias estaduais que à medida que PIB e IDH aumentam, a quantidade de candidatos lançados pelos partidos também aumentam.

Há também um padrão na composição da Câmara, segundo Rodrigues (2009, p. 136):

“1. Alta proporção de empresários na direita, menor proporção no centro e quase inexistente na esquerda 2. Alta proporção de deputados que exerceram profissões liberais e intelectuais nos três blocos, embora um pouco mais elevada no do centro e principalmente no da esquerda. 3. Forte presença de professores nos partidos de esquerda, e mais fraca entre os partidos de centro e de direita 4. Muitos funcionários das altas administrações públicas dos Estados e da União nos partidos de direita e de centro 5. Proporção de trabalhadores manuais e empregados não manuais no interior das bancadas dos partidos de esquerda muito mais elevada do que a encontrada nos partidos de direita e de centro”.

Como pudemos observar, características socioeconômicas de estados e municípios são frequentemente observados pela literatura enquanto fator de importante influência nos resultados eleitorais. Dado que nossa medida sobre nacionalização partidária é um construto a partir de dados eleitorais, é natural indagar se as condições socioeconômicas dos estados vão influenciar na nacionalização dos partidos.

A literatura sobre institucionalização dos partidos e dos sistemas partidários já identificou que há uma relação positiva entre desenvolvimento socioeconômico de um país e institucionalização dos sistemas partidários (Mainwaring, 2018). Quando observados os índices de nacionalização partidária, percebeu-se que (com dados para os países da América) os países com maior índices de desenvolvimento tinham maiores índices de institucionalização partidária, qualidade e longevidade da democracia.

5. Hipóteses e argumentos

Dada as construções teóricas aqui apresentadas, surge a hipótese:

H1: Maiores índices de desenvolvimento dos estados levará a um aumento no *Party Nationalization Score*

Utilizando os argumentos teóricos apresentados anteriormente de que estados com maior PIB e IDH têm trajetórias políticas mais bem consolidadas e são palco de maior competição partidária, dado que têm maior quantidade de candidatos lançados.

H2: O aumento no *Party Nationalization Score* em relação aos índices de desenvolvimento é ainda maior entre os partidos de esquerda

Como parte da literatura argumenta que os partidos de esquerda são mais programáticos e com maior orientação ideológica que partidos de centro e de direita (Carvalho, 2003), espera-se que os índices de nacionalização sejam maiores nestes partidos, levando em consideração a variação a partir dos índices de desenvolvimento dos estados.

6. Dados e métodos

Para operacionalização deste trabalho, serão utilizados dados sobre competição eleitoral, condições socioeconômicas e nacionalização disponíveis em Lira (2017). Os dados sobre nacionalização foram retirados do dados de Conceição (2018).

Tabela 2: Variável dependente, mensuração e fonte

Variável		
dependente	Mensuração	Fontes
Party	Média do PNS dos	Conceição
Nationalization	partidos para as	(2018)
Score	assembleias estaduais	

Tabela 3: variáveis independentes, mensuração e fontes

Variáveis independentes	Mensuração	Fontes
PIB estadual	PIB em R\$1.000	Lira (2017)
IDH estadual	IDH estadual no ano da eleição	Lira (2017)
Candidatos a deputado estadual	Quantidade de candidatos sobre magnitude do distrito	Lira (2017)

Variáveis independentes	Mensuração	Fontes
Candidato a governador	<i>Dummy</i> : 0= partido sem, 1= partido com candidato	Lira (2017)
<i>Dummy</i> esquerda	1= partidos de esquerda, 0= demais ideologias	Lira (2017)

Para obter os resultados, serão utilizados modelos de regressão linear de mínimos quadrados ordinários com termo interativo.

7. Resultados

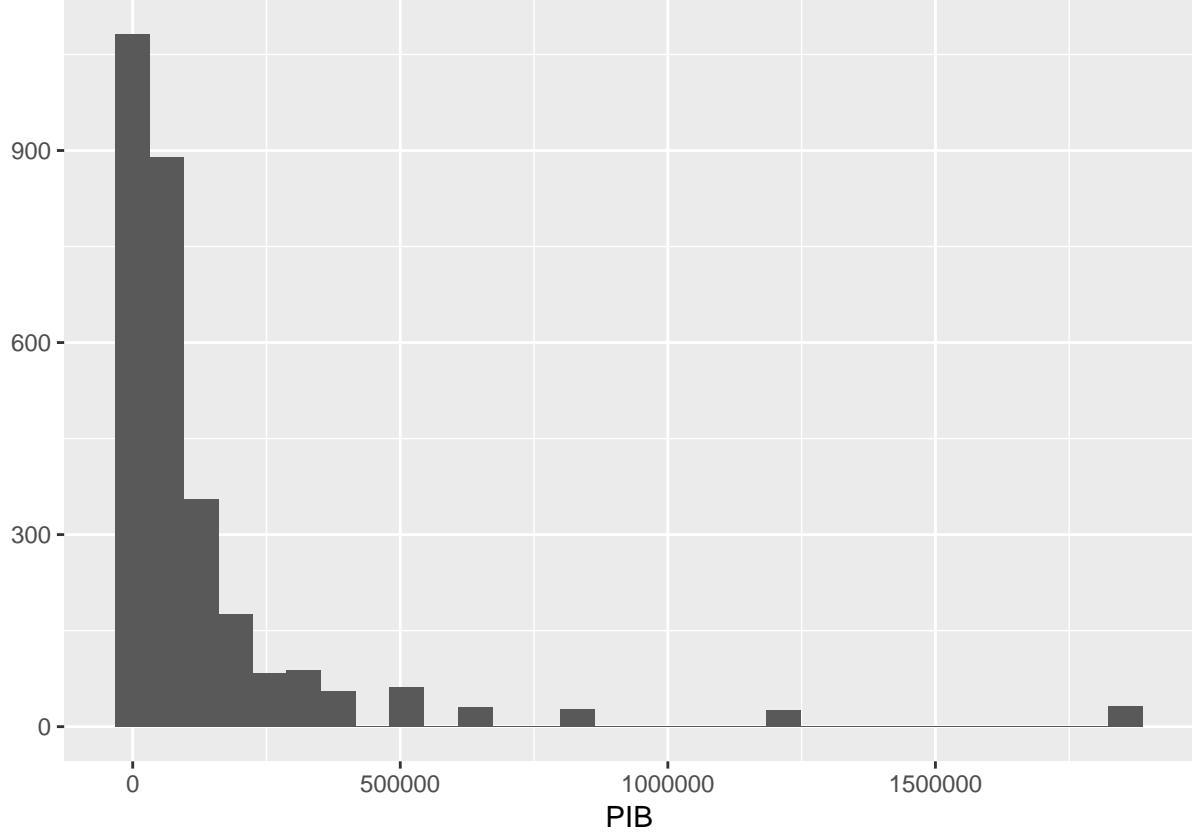
7.1. Estatísticas descritivas

Uma das principais variáveis deste trabalho é o PIB. Ele é utilizado aqui como uma medida de riqueza dos estados, dentro do que categorizamos enquanto “condição socioeconômica”, além do IDH. Fazendo uma análise descritiva do PIB, obtemos:

Gráfico 1: Distribuição do PIB

```
## Loading required package: carData

## `stat_bin()` using `bins = 30`. Pick better value with `binwidth`.
```

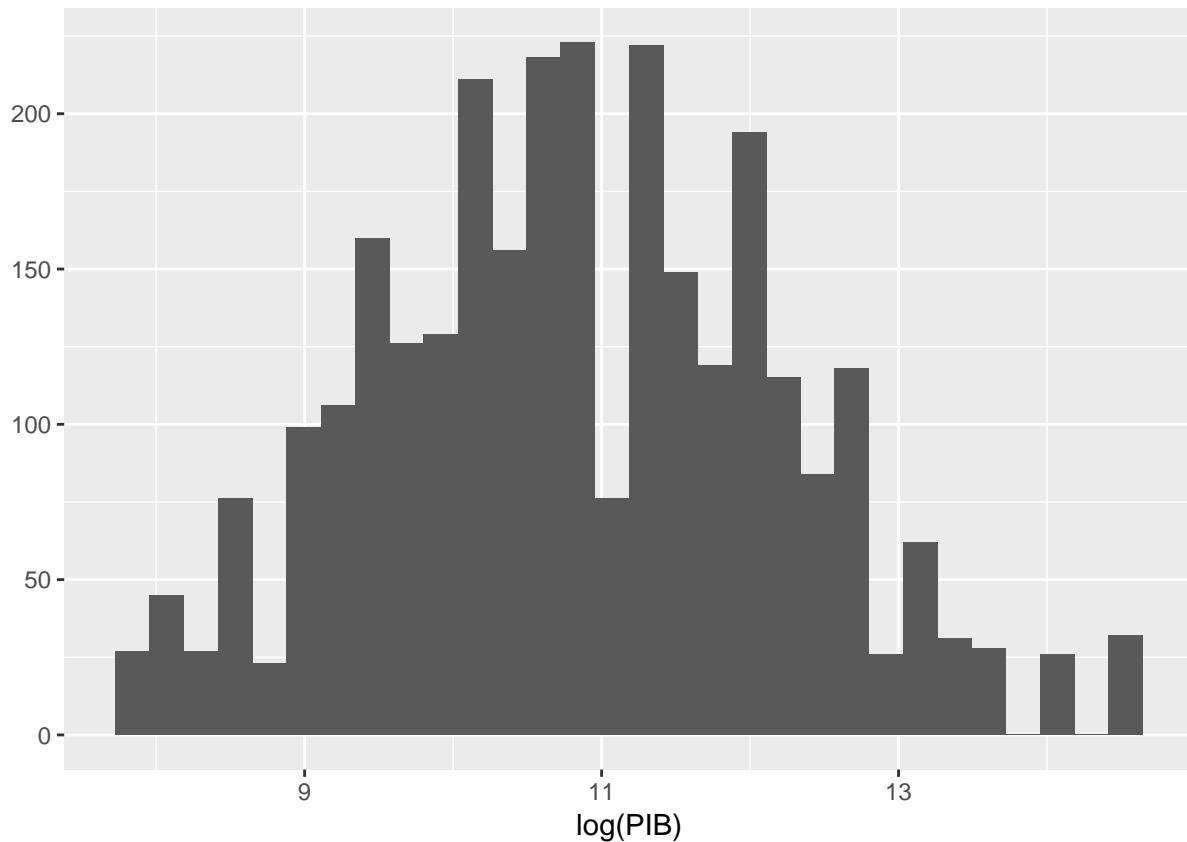


Como percebemos, os estados são muito diferentes em termos de Produto Interno Bruto. Muitos estados têm PIB pequeno, enquanto poucos estados têm PIB mais elevado. Enquanto o PIB dos estados de Roraima (2.313), Acre (2.868) e Amapá (3.292) são os mais pobres, estados como Minas Gerais (516.634), Rio de Janeiro (671.077) e São Paulo (1.858.196) são os mais ricos do país.

Esta distribuição tem uma grande concentração de dados em uma das extremidades e uma longa cauda. Desta maneira, não estaria se assemelhando à uma distribuição normal. Sendo assim, para melhorar esta distribuição, realizamos uma transformação logarítmica:

Gráfico 2: Distribuição logarítmica do PIB

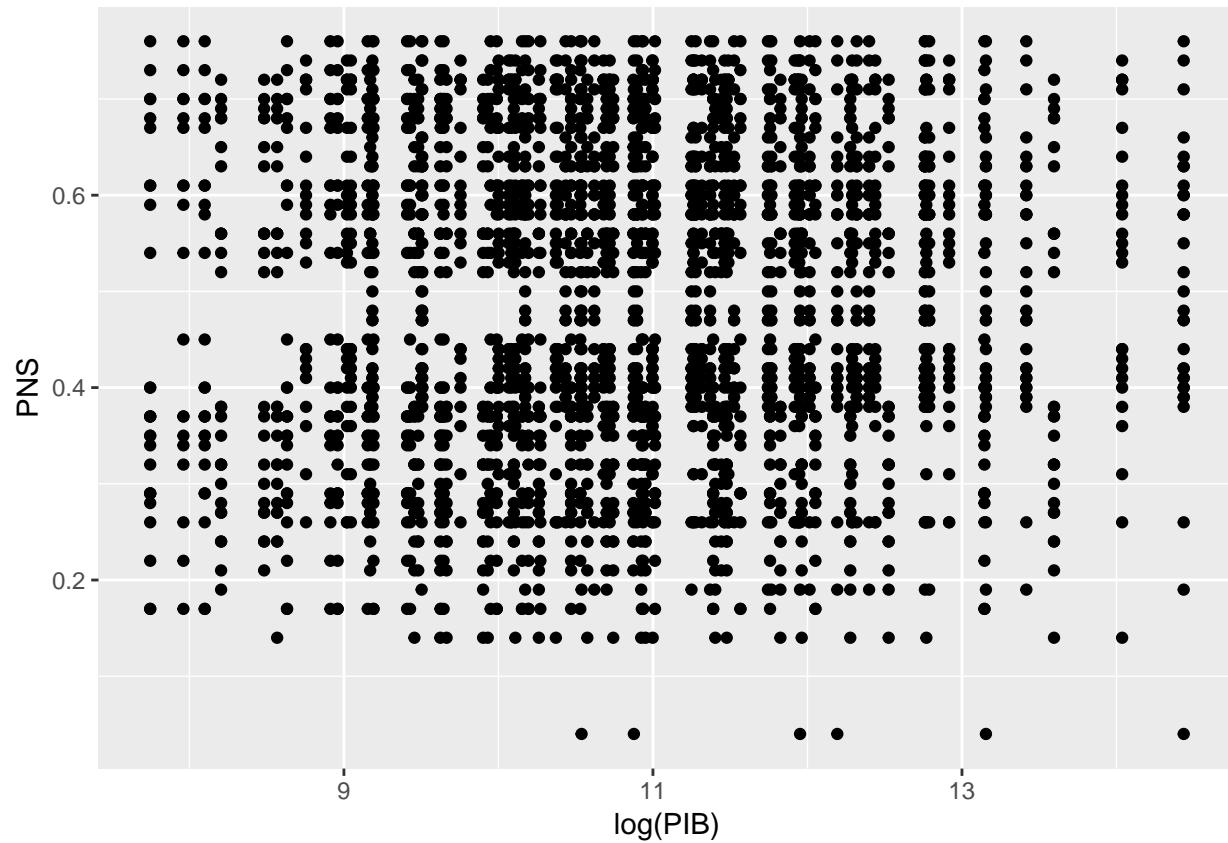
```
## `stat_bin()` using `bins = 30`. Pick better value with `binwidth`.
```



Após a transformação percebemos que os dados estão muito mais próximos de uma distribuição normal, o que será útil para as análises mais à frente.

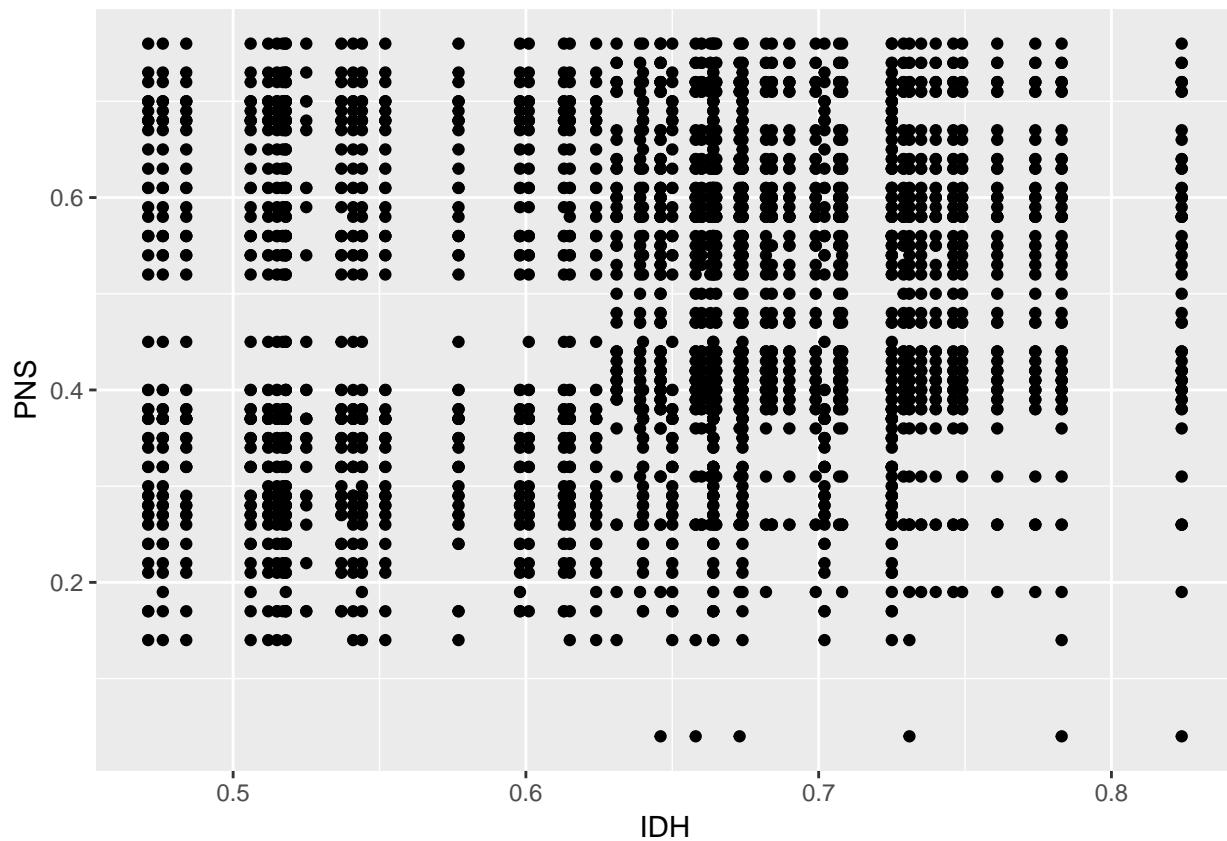
As principais variáveis independentes deste trabalho são PIB e IDH. Da mesma forma, nossa variável independente é o *Party Nationalization Score*. Vejamos agora a distribuição de PIB e PNS:

Gráfico 3: Plot das variáveis $\log(\text{PIB})$ e PNS



Como podemos observar, a distribuição das duas variáveis se dá por todo o gráfico, ou seja, para praticamente todos os níveis de $\log(\text{PIB})$ existem índices de nacionalização partidária diferentes. Os *plots* do gráfico, no entanto, nos mostram uma concentração maior de casos na região central do gráfico. Para os dados de IDH, obtemos:

Gráfico 4: Plot das variáveis IDH e PNS

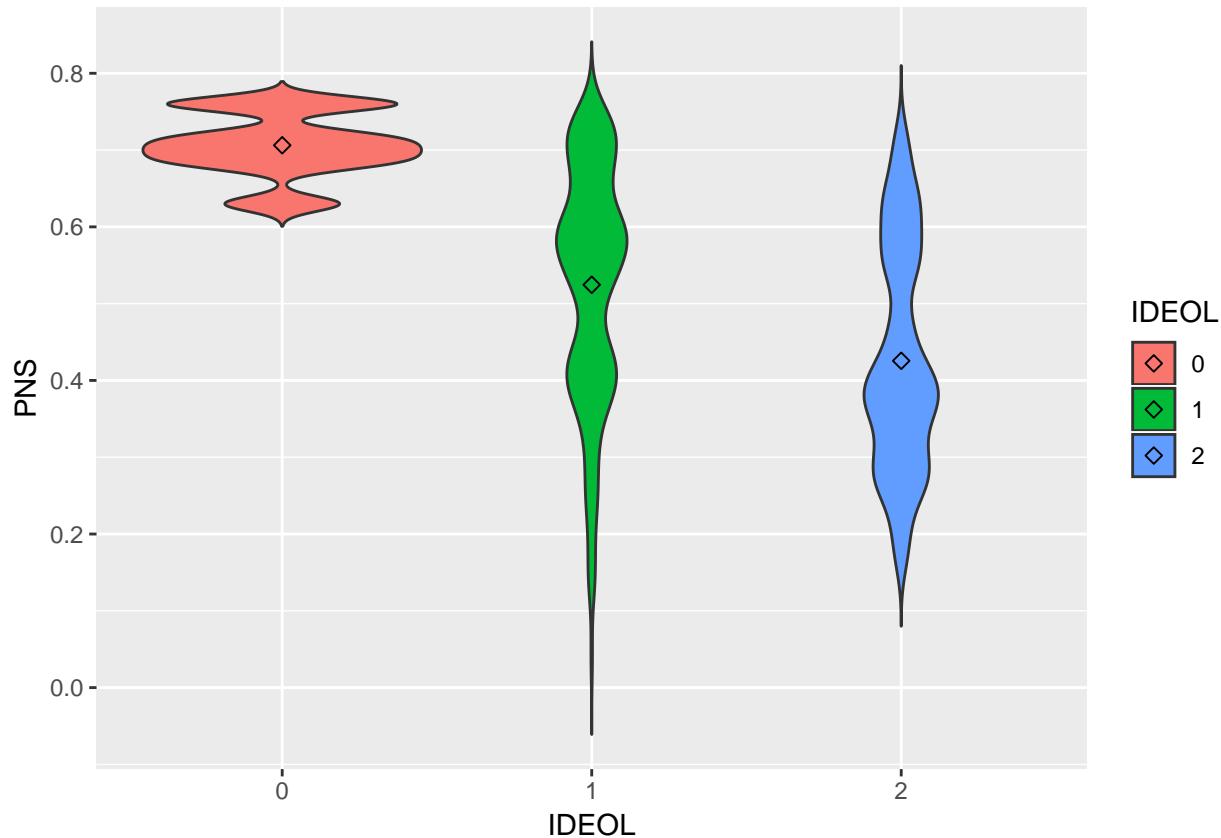


De maneira semelhante, IDH se comporta de forma parecida com o PIB. Este padrão é esperado, dado que PIB e IDH são altamente correlacionados, e por este motivo são incluídos em diferentes modelos da regressão.

As últimas variáveis independentes deste trabalho são Candidatos ao Legislativo e Candidatos ao Executivo. Como argumentado anteriormente, a quantidade de candidatos a deputado afeta a competição e, por consequência, deve afetar a nacionalização. Em relação a segunda variável, espera-se que a existência de um candidato a governador aumente a nacionalização do partido, devido ao efeito de “presidencialização” das eleições.

Para uma avaliação descritiva dos dados sobre nacionalização e ideologia do partido, temos:

Gráfico 5: Nacionalização partidária por ideologia

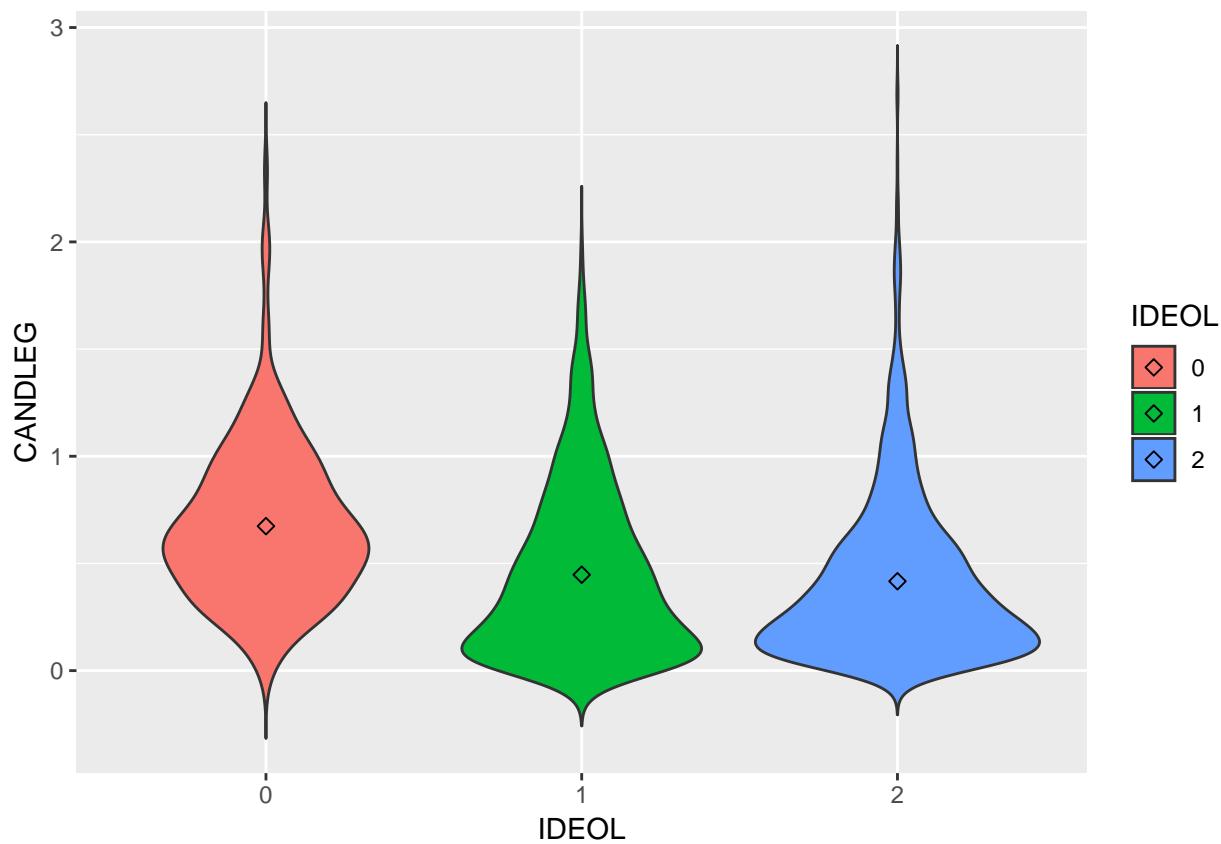


O gráfico acima nos traz algumas informações interessantes. O violino em vermelho são os partidos de Centro. Verde, partidos de esquerda. Azul, partidos de direita. Os partidos de Centro são os mais nacionalizados, com média de aproximadamente 0,7. Esse dado não reduz a importância da nossa hipótese interativa, dado que (1) a proporção de partidos de centro é muito menor em relação às demais ideologias, (2) em termos teóricos, esses partidos são os maiores herdeiros de estruturas já existentes.

Os partidos de esquerda têm a maior distribuição na nacionalização, indo de índices próximos de 0 até pouco mais de 0,8. A média é de aproximadamente 0,5. A maior densidade da distribuição, no entanto, se concentra em níveis mais elevados de nacionalização. Por último, os partidos de direita têm média de nacionalização próxima de 0,4, com a maior parte da distribuição abaixo desta média.

Veremos agora uma distribuição de candidatos a deputado por ideologia partidária:

Gráfico 6: Distribuição de candidatos a deputado por ideologia partidária



Da mesma maneira, o primeiro violino são partidos de centro; o segundo, esquerda; o terceiro, direita. Os partidos de Centro são os que lançam mais candidatos (média 0,7) em comparação às outras ideologias (Esquerda e Direita com média 0,5). A distribuição maior da Esquerda e da Direita, no entanto, se concentra próximo de 0.

Anteriormente, mostrei que a legislação (Lei Nº 9.096/1995) permite aos partidos registrar candidatos em até 150% do total de vagas. Uma alteração nos dispositivos, através da Lei Nº 13.165/2015 normatiza que, em alguns casos, esse percentual pode ser elevado até 200%:

“Art. 10. Cada partido ou coligação poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, a Câmara Legislativa, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais no total de até 150% (cento e cinquenta por cento) do número de lugares a preencher, salvo:

I - nas unidades da Federação em que o número de lugares a preencher para a Câmara dos Deputados não exceder a doze, nas quais cada partido ou coligação poderá registrar candidatos a Deputado Federal e a Deputado Estadual ou Distrital no total de até 200% (duzentos por cento) das respectivas vagas;

II - nos Municípios de até cem mil eleitores, nos quais cada coligação poderá registrar candidatos no total de até 200% (duzentos por cento) do número de lugares a preencher.

O que vemos nesse gráfico, no entanto, é a ultrapassagem desse limite. 7 são as ocorrências nas quatro eleições analisadas.

7.2. Análise dos pressupostos dos modelos

Quatro serão os modelos utilizados neste trabalho. Para todos a variável dependente (VD) é o PNS.

- Modelo 1: Candidatos a deputado + candidato a governador + IDH + Ideologia
- Modelo 2: Candidatos a deputado + candidato a governador + log(PIB) + Ideologia
- Modelo 3: Candidatos a deputado + candidato a governador + dummy esquerda*IDH
- Modelo 3: Candidatos a deputado + candidato a governador + dummy esquerda*log(PIB)

Pressuposto 1: o modelo de regressão é linear nos parâmetros

Os modelos não possuem funções exponenciais, portanto, atendem ao primeiro pressuposto.

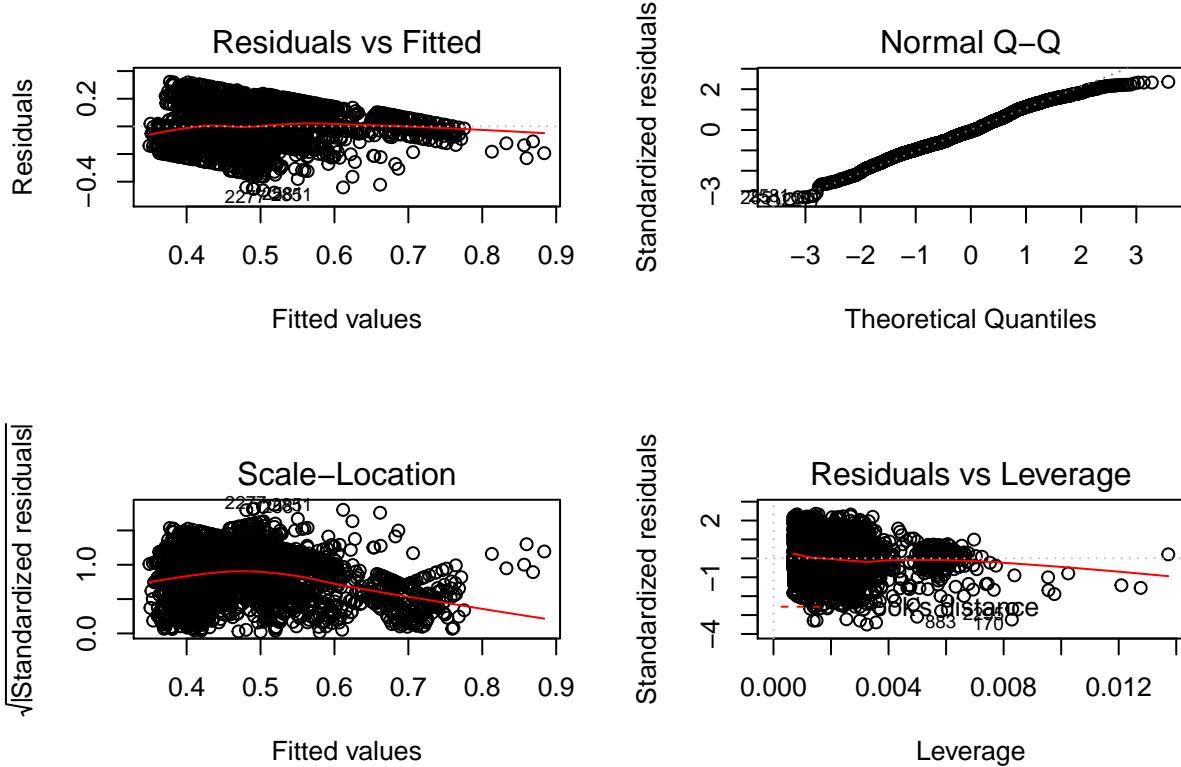
Pressuposto 2: a média dos resíduos é 0 (ou próxima de 0)

```
## [1] 1.823241e-17  
  
## [1] -3.709595e-17  
  
## [1] 1.334718e-17  
  
## [1] 6.847088e-17
```

Como podemos perceber, todas as médias dos resíduos são muito próximas de 0 (elevados a potência negativa). Portanto, o segundo pressuposto também é atendido.

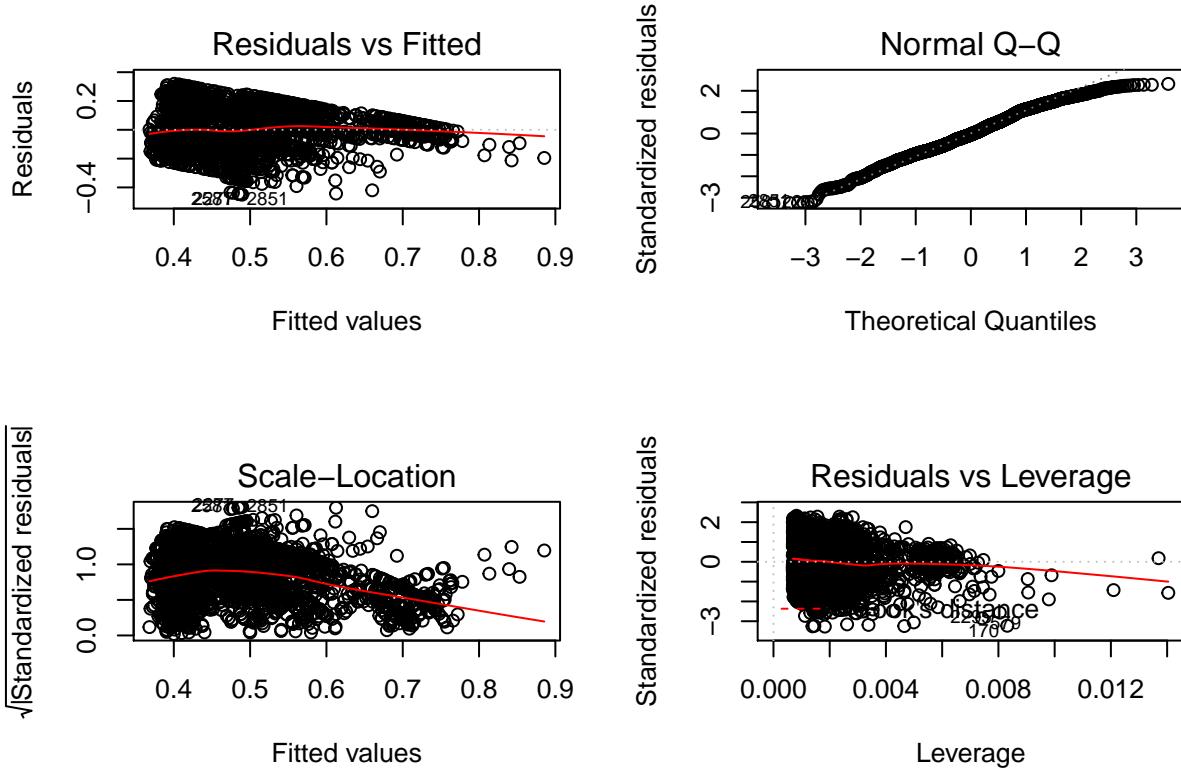
Pressuposto 3: Homoscedasticidade dos resíduos

MODELO 1



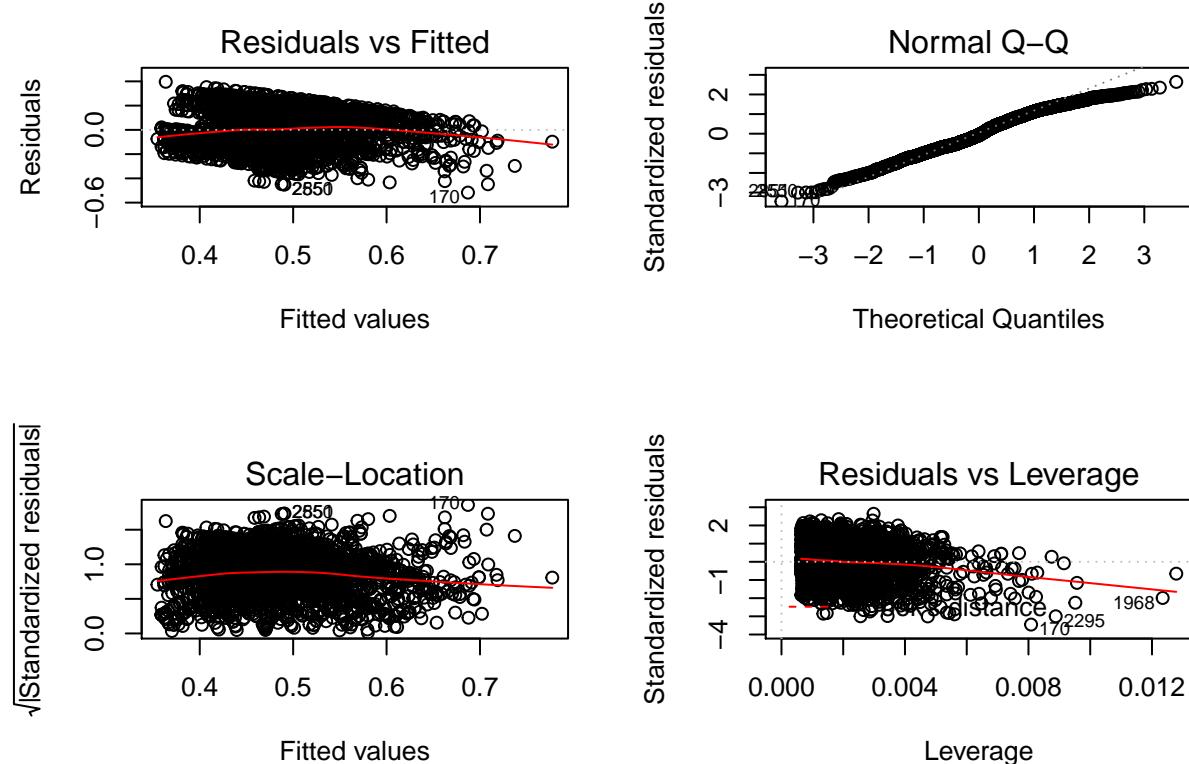
O resíduos do modelo 1 não parecem estar distribuídos aleatoriamente, não atendendo a este pressuposto.

MODELO 2



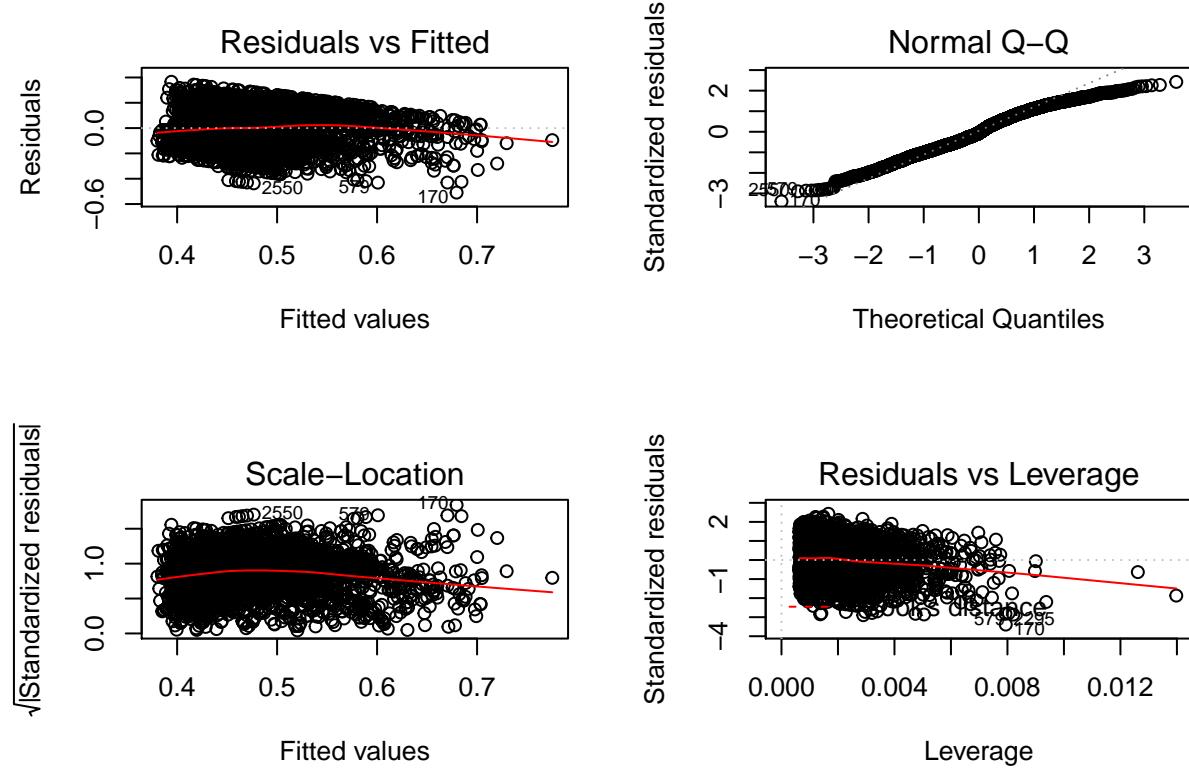
Os resíduos do modelo 2 também não têm variância constante.

MODELO 3

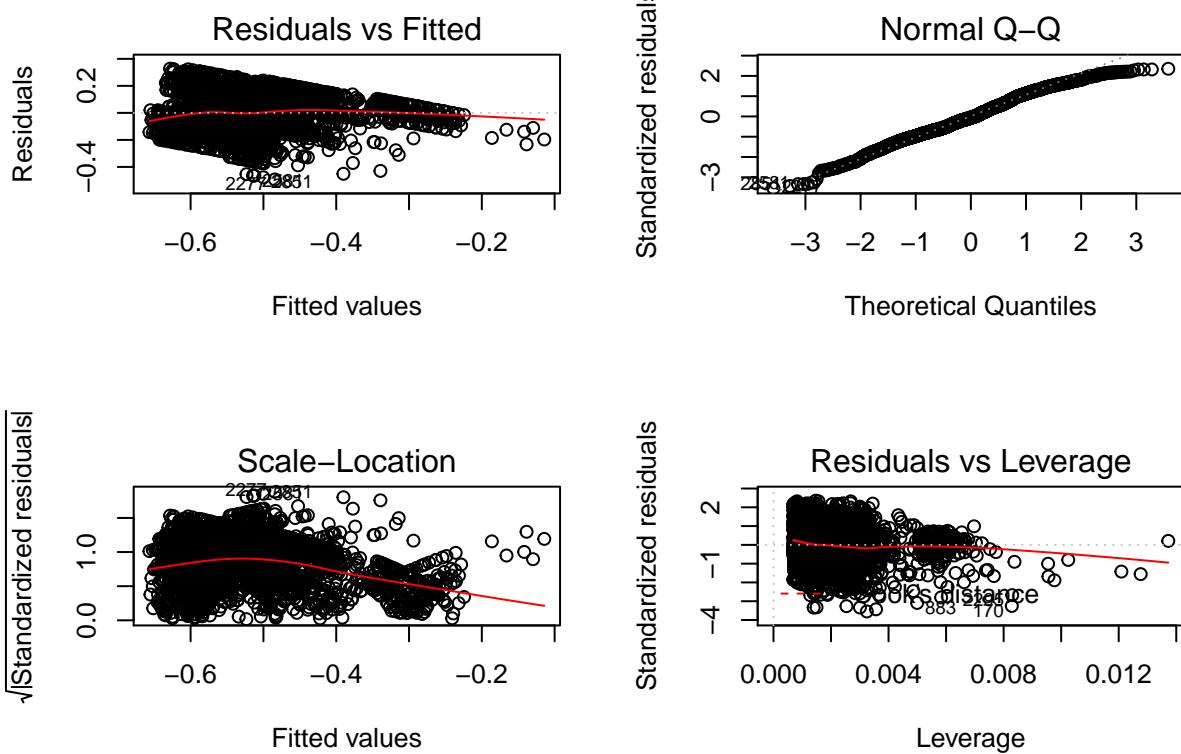


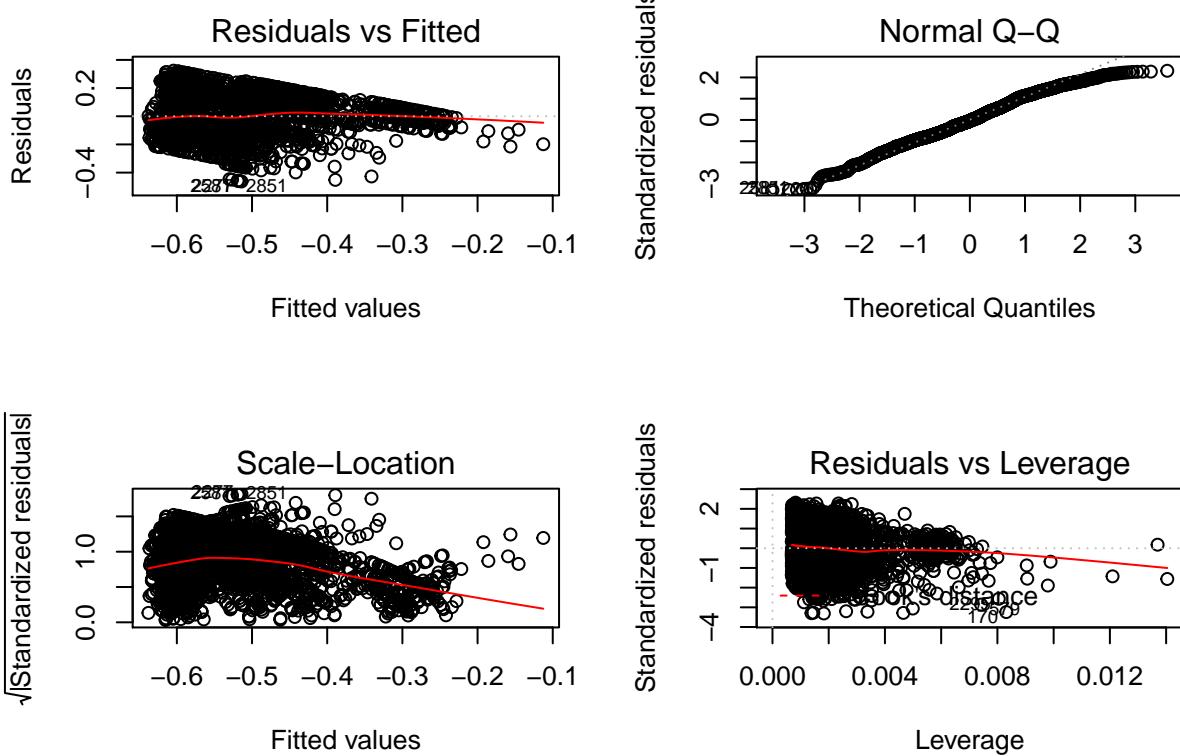
Os resíduos também não têm variância constante.

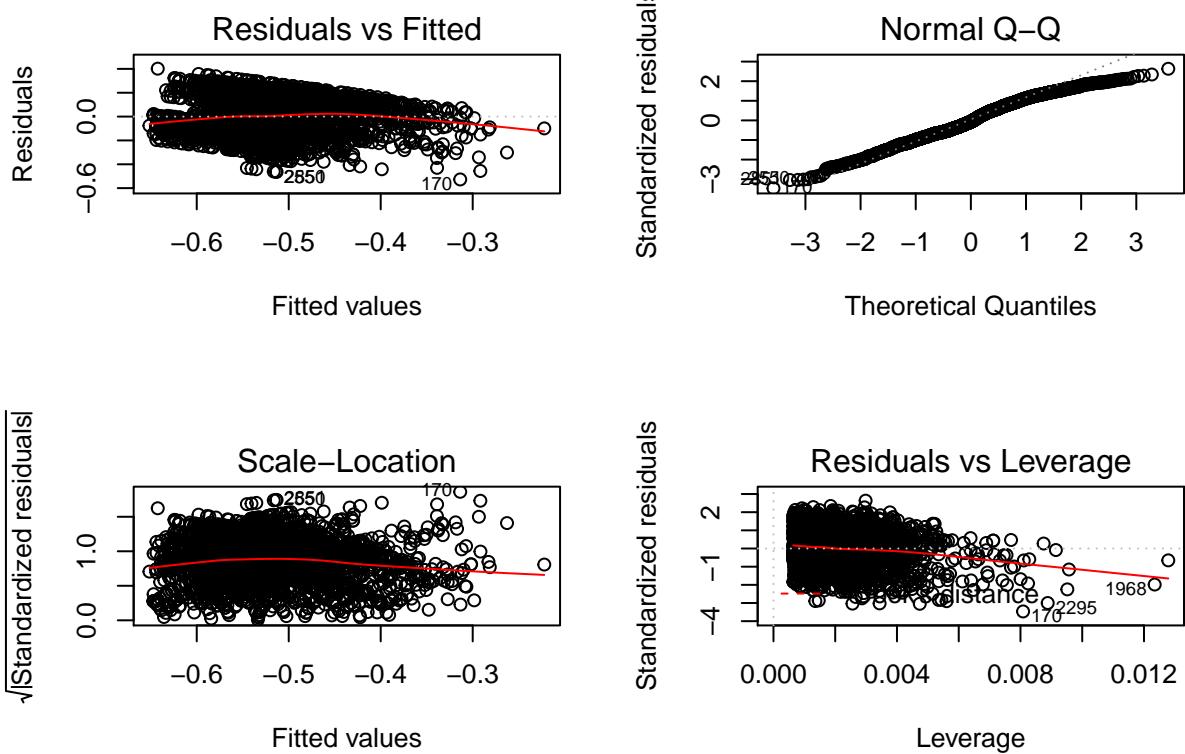
MODELO 4

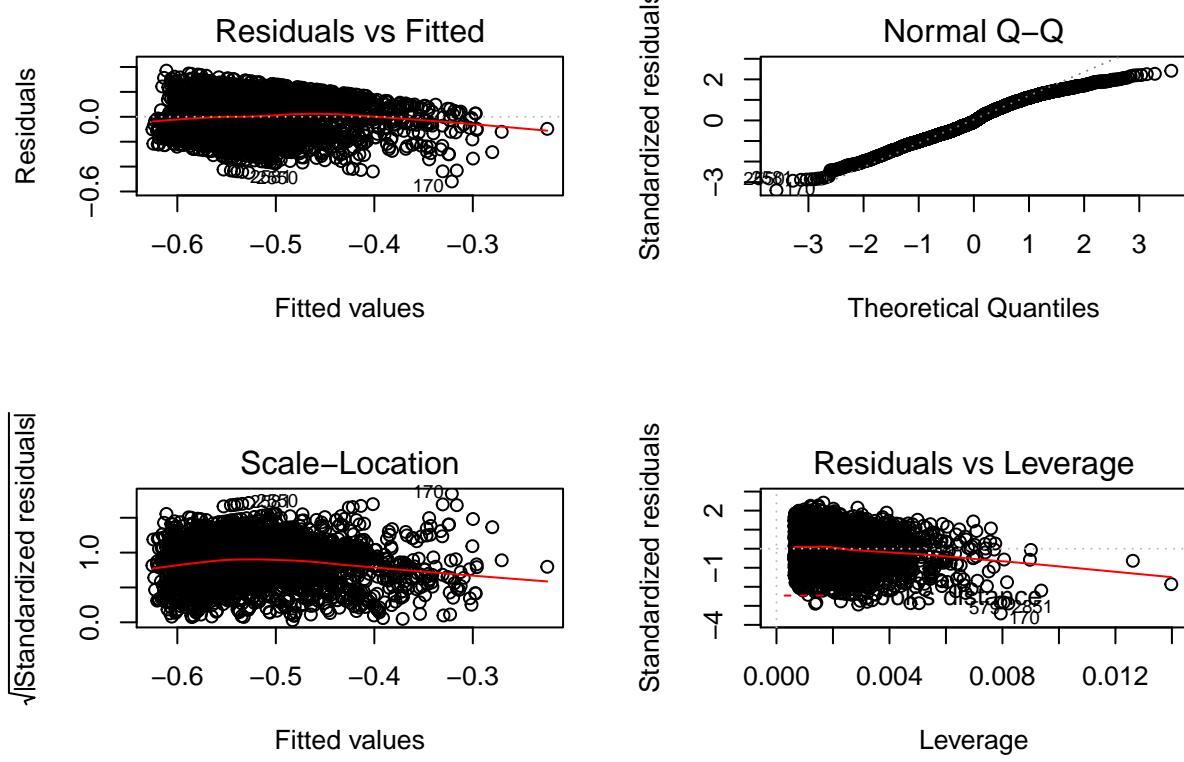


Os resíduos também não têm variância constante. Uma solução para este problema é transformar nossa variável dependente utilizando a transformação de Box-Cox.







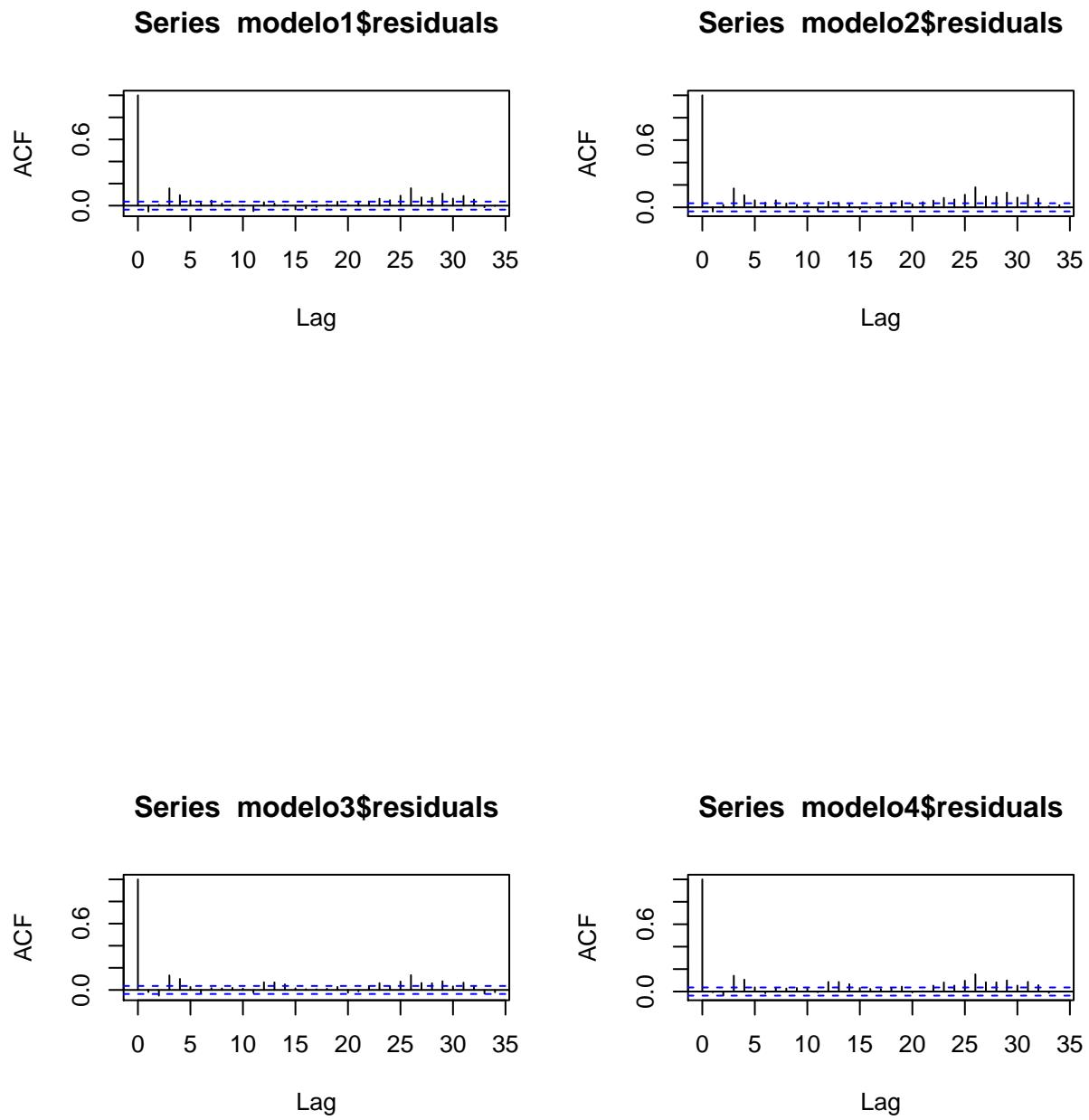


Como percebemos, não houve mudança significativa nos resíduos. Foram testados modelos lineares generalizados, mas também sem sucesso. Portanto, o pressuposto 3 não foi atendido.

Pressuposto 4: normalidade

Como observado nos gráficos de teste de normalidade Q–Q apresentados anteriormente, os pontos estão bem ajustados à linha, configurando normalidade dos dados.

Pressuposto 5: resíduos não são autocorrelacionados



Quando os resíduos não estão autocorrelacionados, a segunda linha vertical cai para 0 ou próximo de 0. Todos os modelos atendem a este pressuposto.

Pressuposto 6: o número de observações é maior que o número de variáveis

Para cada variável no modelo, o banco de dados apresenta 2.908 observações.

Pressuposto 7: o modelo está bem especificado

O modelo passou por diversos testes, demonstrando estar bem especificado dentro dos parâmetros.

Pressuposto 8: sem multicolinearidade perfeita

```
##          GVIF Df GVIF^(1/(2*Df))
## CANDLEG 1.092323 1      1.045142
## CANDEXEC 1.118271 1      1.057483
## IDH      1.052725 1      1.026024
## IDEOL    1.130425 2      1.031123

##          GVIF Df GVIF^(1/(2*Df))
## CANDLEG 1.046390 1      1.022932
## CANDEXEC 1.117723 1      1.057224
## log(PIB) 1.010303 1      1.005138
## IDEOL    1.130378 2      1.031112

##      CANDLEG      CANDEXEC      dummyesq      IDH dummyesq:IDH
## 1.069950     1.054720     54.578095   1.726815     55.304557

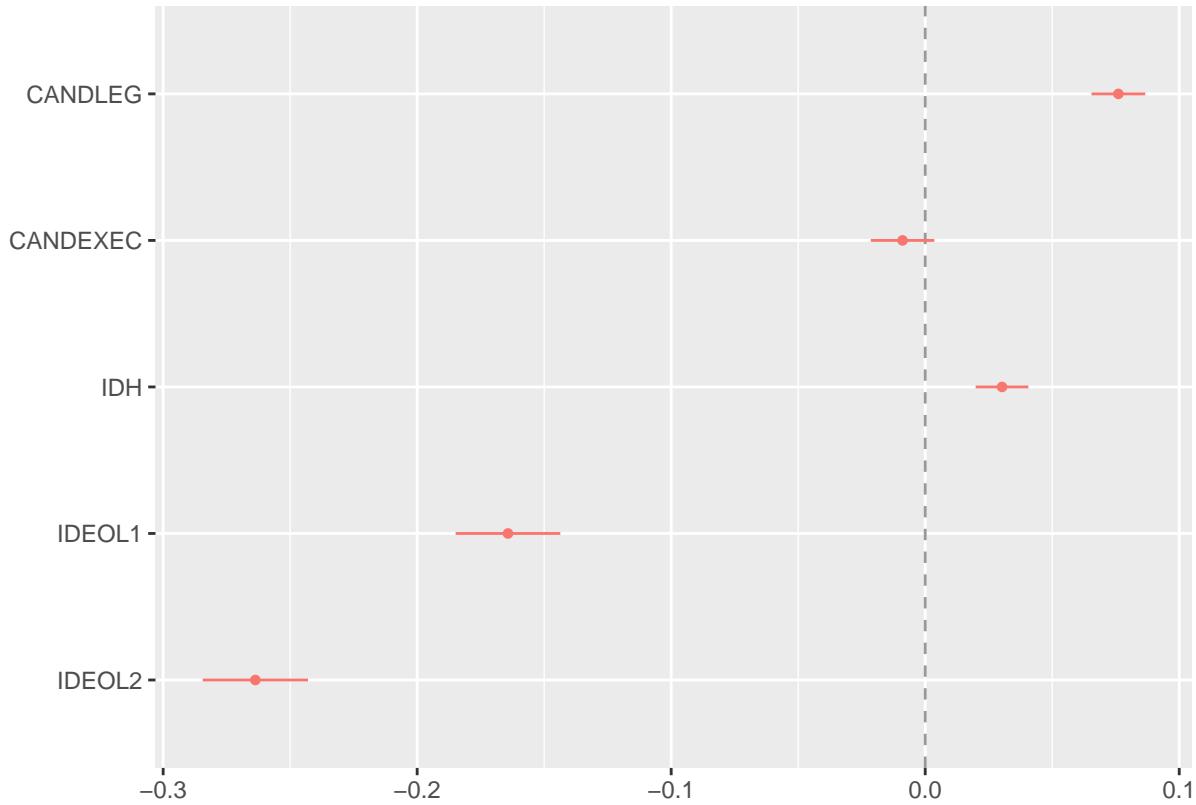
##      CANDLEG      CANDEXEC      dummyesq      log(PIB)
## 1.025461     1.052339     62.871545   1.662497

## dummyesq:log(PIB)
## 63.779142
```

Considera-se 4 o ponto de corte para estabelecer se as variáveis têm multicolineariedade. O que estiver abaixo de 4, atende ao pressuposto. Como observado, todas as variáveis estão muito abaixo de 4. As exceções são os termos interativos incluídos. No entanto, faz sentido esse resultado já que há uma multiplicação entre elas. Conlcuo, poranto, que os modelos atendem a praticamente todos os pressupostos.

7.3. Regressões

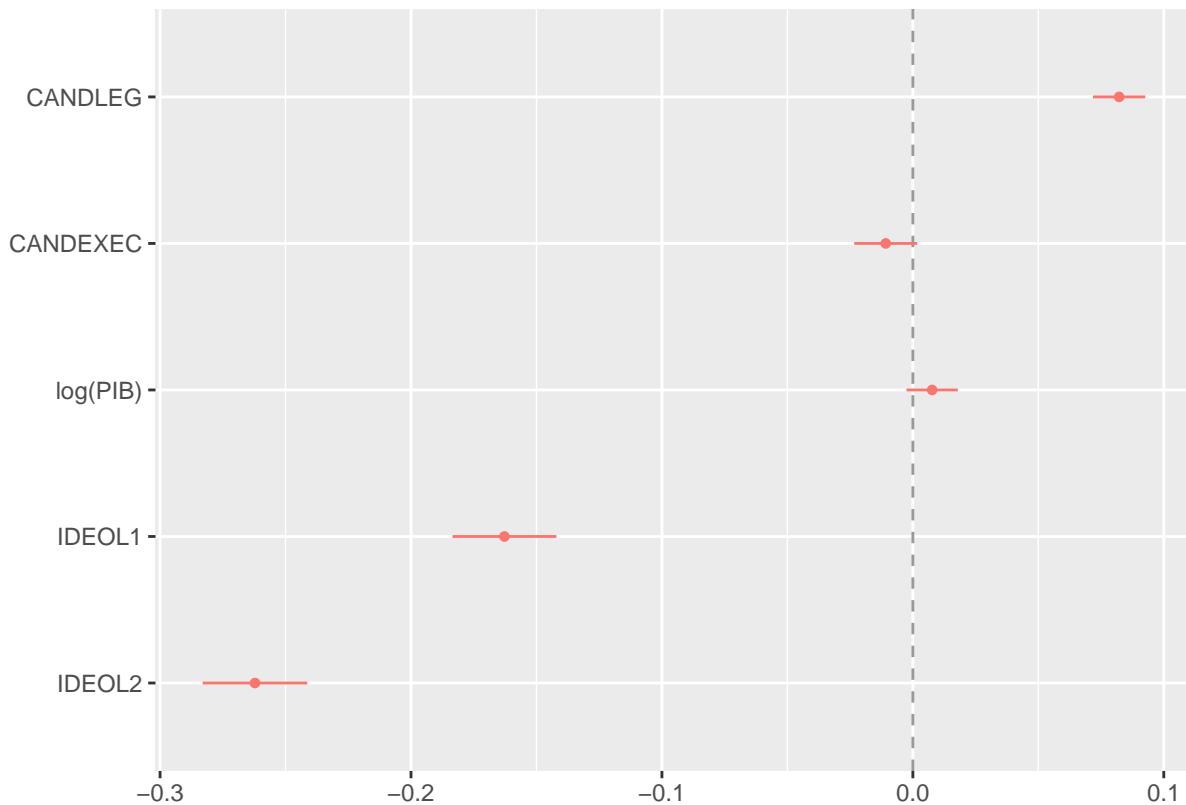
Modelo 1



Residual standar error	R-squared	Adjusted R-squared
0.1392	0.2969	0.2957

No modelo 1, um aumento na variação de Candidatos ao Legislativo aumenta a variação no PNS, assim como esperado. Candidato ao Executivo, por sua vez, têm coeficiente negativo. Um aumento de uma unidade no IDH aumenta em 0.172 o PNS, mostrando que há uma relação positiva entre condições socioeconômicas e nacionalização. Ideologia teve um impacto negativo, mais forte ainda nos partidos de Direita. Com exceção da variável CANDEXEC, todos os coeficientes são significante a nível 0.

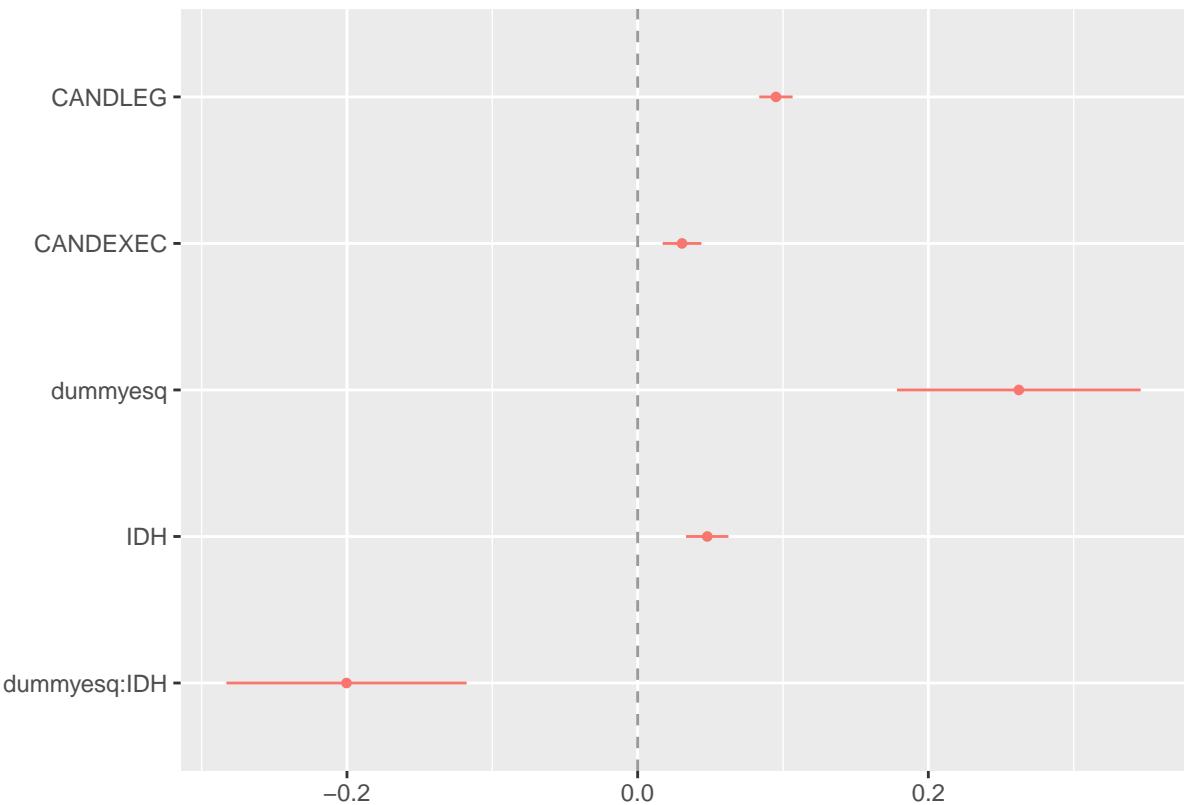
Modelo 2



Residual standar error	R-squared	Adjusted R-squared
0.1399	0.2895	0.2883

O modelo 2 tem resultados semelhantes ao modelo 1. O efeito da variável Candidatos ao Legislativo é um pouco maior e ainda significativo. Candidato ao Executivo se comporta da mesma forma, bem como as variáveis de ideologia. Os coeficientes são muito parecidos. A variável de maior interesse, log(PIB), teve efeito positivo, porém muito fraco. Um aumento de 1% na variaçao do PIB resulta num aumento de 0.0028% na variação do PNS. CANDEXEC e log(PIB) não são estatisticamente significativos, ao passo que as outras variáveis continuam significativas a nível 0.

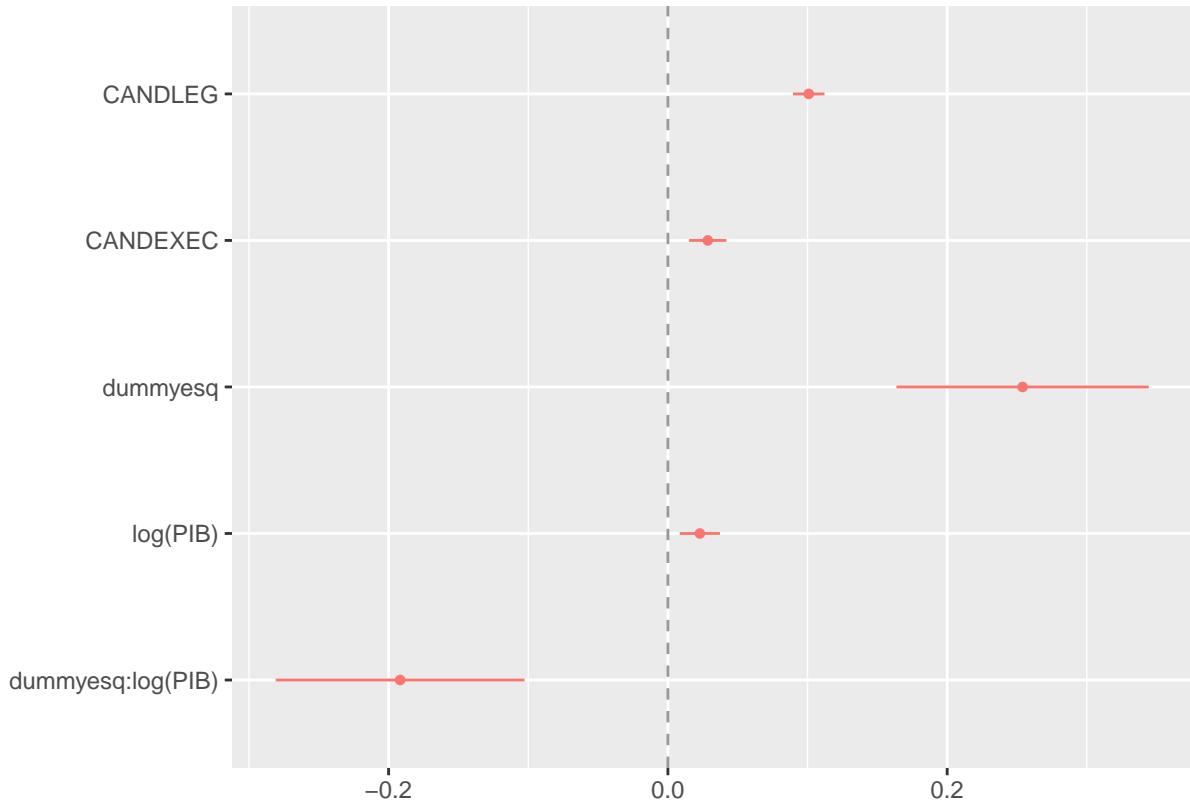
Modelo 3



Residual standar error	R-squared	Adjusted R-squared
0.1399	0.2895	0.2883

Neste modelo, Candidatos ao Legislativo é positiva. Um aumento de uma unidade nesta variável gera um aumento de 0.122 no PNS. Aqui, diferentemente dos outros modelos, Candidatos ao Executivo aparece positivo e significativo. Quando há um candidato, o PNS aumenta em 0.03. A *dummy* esquerda tem maior coeficiente (0.26). Contrariando a expectativa, a interação IDH e Esquerda apresentou um coeficiente significativo e negativo. Um aumento de uma unidade nesta interação está gerando uma redução de 0.31 na nacionalização dos partidos.

Modelo 4



Residual standar error	R-squared	Adjusted R-squared
0.1534	0.1461	0.1446

Este é o único modelo em que todas as variáveis são estatisticamente significativas. Candidatos ao Legislativo, Candidatos ao Executivo e log(PIB) continuam tendo coeficientes positivos. Um aumento de 1% no PIB representa um aumento de 0.008 na nacionalização do partido. O efeito de CANDLEG (0.128) é maior que CANDEXEC (0.028). Da mesma maneira, a *dummy* esquerda tem maior coeficiente, gerando um aumento de 0.254 quando se aumenta a independente em uma unidade. O termo interativo, quando aumenta uma unidade, representa uma redução da nacionalização do partido em 0.017.

8. Conclusões

Este trabalho apresentou uma discussão sobre efeitos de condições socioeconômicas sobre a nacionalização dos partidos brasileiros. Teoricamente, apresentamos que a literatura sobre partidos políticos vêm estudando os impactos das organizações e estratégias partidárias sobre outras variáveis políticas, como a competição eleitoral e a difusão das estruturas organizacionais, por exemplo.

Além destes fatores, os resultados dos testes empíricos apresentados aqui mostraram que à medida que aumentam as condições socioeconômicas dos estados (PIB e IDH), a nacionalização dos partidos também aumenta, indo ao encontro da nossa principal hipótese. Os dados e modelos apresentados passaram por vários testes, tendo resultados positivos em praticamente todos. Os modelos continuaram heteroscedásticos apesar de todas as recomendações ter sido seguidas.

Este artigo contém algumas limitações, a começar pelo não cumprimento do pressuposto da homoscedasticidade. Os dados sobre PNS representam uma média por partido, por eleição para as assembleias. É preciso levar em consideração também as estruturas partidárias (diretórios e comissões provisórias) para um estudo mais aprofundado sobre o tema da nacionalização partidária.

9. Referências bibliográficas

- AMARAL, Oswaldo. (2013). O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura. *Revista Debates*, v. 7, n. 2, pp. 11-32.
- AMES, Barry. (2001). Os entraves da democracia no Brasil. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- BORGES, André. Nacionalização partidária e estratégias eleitorais no presidencialismo de coalizão. *DADOS*, vol.58, nº 3, pp. 651- 688. 2015.
- BRASIL. Lei nº 9.096/1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9096.htm
- BRASIL. Lei nº 13.165/2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13165.htm
- CARVALHO, Nelson Rojas. (2003). E no início eram as bases: geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan.
- CHHIBBER, Pradeep; KOLLMAN, Ken. *The Formation of National Party Systems: Federalism and party competition in Canada, Great Britain, India, and the United States*. Princeton: Princeton University Press, 2004.
- CLAGGETT, W; FLANIGAN, W; ZINGALE, N. Nationalization of the American Electorate. *The American Political Science Review*, vol. 78, nº1, pp. 77–91, 1984.
- CONCEIÇÃO, Silva (2018). Nacionalização partidária em marcha: processo de distanciamento dos partidos brasileiros da regionalização (1945-2014). Tese de doutorado, UFRGS.
- COX, Gary. (1997). Electoral rules and electoral coordination. *Annual Review of Political Science*, v. 2, pp. 145-161.
- DOWNS, Anthony. (1999). Uma teoria econômica da democracia. São Paulo: EDUSP.
- DUVERGER, Maurice. (1970). *Os Partidos Políticos*. Brasília, Ed. UnB.
- GUARNIERI, Fernando. (2009). A força dos “partidos fracos” – um estudo sobre a organização dos partidos brasileiros e seu impacto na coordenação eleitoral. Tese de doutorado, USP.
- JONES, Mark; MAINWARING, Scott. *The Nationalization of parties and party systems: An empirical measure and an application to Americas*. Kellogg Institute Working Paper. Vol. 1, Nº 304, p. 01-30. 2003.
- KINZO, M. D. (1993). *Radiografia do Quadro Partidário Brasileiro*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer Stiftung.

KRAUSE, S. (2005). "Uma Análise Comparativa das Estratégias Eleitorais nas Eleições Majoritárias de 1994, 1998 e 2002: Coligações Eleitorais versus Nacionalização dos Partidos e do Sistema Partidário Brasileiro"; In: KRAUSE, S. e SCHMITT, R. (Orgs.), Partidos e Coligações Eleitorais no Brasil. São Paulo: Unesp/KAS.

LIRA, Evertton. (2017). Efeitos de ideologia partidária e bases socioeconômicas sobre a competição eleitoral dos partidos políticos nos estados (2002-2014). Trabalho de Conclusão de Curso, UFPE.

MACIEL, Natalia. (2014). Padrões espaciais de voto, bases sociais e políticas dos deputados federais brasileiros: um estudo comparado entre PT, PSDB, PMDB e PFL/DEM. 38º Encontro Anual da Anpocs.

MACIEL, Natalia; VENTURA, Tiago. (2017). O Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados: a evolução das bases socioeconômicas e territoriais (1994-2014). *Opinião Pública*, vol. 23, nº 1, p. 96-125.

MAINWARING, S., Ed. (2018). *Party Systems in Latin America: Institutionalization, Decay, and Collapse*. Cambridge, Cambridge University Press

MORGENSTERN, Scott; SWINDLE, Stephen. Are politics local? An analysis of voting patterns in 23 democracies. *Comparative Political Studies*. Vol. 38, Nº 2, p. 143-170. 2005.

MORGENSTERN, Scott; SWINDLE, Stephen; CASTAGNOLA, Andrea. Party Nationalization and Institutions. *The Journal of Politics*. Vol. 71, Nº 4, p. 1322-1341. 2009.

NICOLAU, Jairo. (1996). Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-94). Rio de Janeiro, Editora FGV.

NICOLAU, Jairo. Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2012.

PALFREY, Thomas. (1984). Spatial equilibrium with entry. *Review of Economic Studies*, pp. 139-156.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. (2001). A democracia interrompida. Rio de Janeiro, Editora FGV.

VASSELAI, Fabricio. Nationalization and localism in electoral systems and party systems. Thesis in Political Science. São Paulo: University of São Paulo, 2015.